O Princípio Da Insignificância: Uma Análise De Seus Fundamentos E Dos Problemas Em Sua Utilização No Brasil.

Felipe da Costa de Lorenzi (bolsista) e Prof. Dr. Pablo Rodrigo Alflen (orientador).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Avenida João Pessoa, nº 80, Porto Alegre – RS.

Resumo.

O princípio da insignificância, cuja primeira referência atribui-se à Claus Roxin, em 1964, foi erigido como uma máxima de interpretação restritiva do tipo penal, segundo a qual seriam excluídas deste as lesões ínfimas ao bem jurídico (ROXIN, Claus. Política criminal e sistema jurídico-penal. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 47-48.). Destarte, considerada a noção analítica de delito, para que reste configurada a tipicidade material da conduta é necessária ofensa de certa gravidade ao objeto jurídico sob tutelad, apta a justificar a intervenção do Direito Penal, cujo fim é a proteção subsidiária de bens jurídicos. Tal instituto, de origem alemã, foi recepcionado pela doutrina e pela jurisprudência brasileiras – inclusive pelas mais altas Cortes –, entretanto com alguns problemas interpretativos e sem a fixação de critérios congruentes com a moderna doutrina penal. Diante do dissenso na utilização da norma, buscou-se neste trabalho analisar, através de pesquisa bibliográfica e do uso do método dedutivo, a teoria do delito desenvolvida por Claus Roxin, com escopo de dar ao referido princípio uma leitura congruente com sua doutrina. Confrontou-se esta compreensão, através do método comparativo, com as acepções a ele atribuídas por doutrinadores e tribunais pátrios. As conclusões obtidas até o momento são de que grande parte das interpretações conferidas ao referido princípio (inclusive as consolidadas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que são as mais difundidas) mostram-se equivocadas quando observadas sob o aspecto da teoria roxiniana. Observou-se, por exemplo, a consideração do desvalor da conduta e de aspectos subjetivos do réu (reincidência, antecedentes etc.) para aferição da insignificância, quando a ele importa apenas a valoração do resultado jurídico. Também, que em crimes pluriofensivos – como o roubo –, a aplicação tem sido excluída quando há lesão relevante a apenas um dos bens jurídicos protegidos, quando necessária lesão a todos para restar plenamente tipificada a conduta. Da mesma forma, alguns bens jurídicos são excluídos *a priori*, da análise da insignificância, quando possível aferí-la desde que haja possibilidade de mensuração da lesão. Finalmente, constata-se que alguns destes equívocos podem ser definitivamente inseridos no ordenamento pátrio caso acatada a acepção do princípio incluída no Anteprojeto de Código Penal enviado este ano ao Senado Federal. Diante das constatações dos problemas existentes, sugere-se alguns critérios para aplicação do princípio da insignificância.

Palavras-chave.

Princípio da insignificância; Claus Roxin; utilização no Brasil; desvalor do resultado; critérios.